

CORPOS QUE EN(SI)(CE)NAM: UMA ANÁLISE DAS EXPRESSÕES DA(S) SEXUALIDADE(S) DE PROFESSORAS

Thereza Cristina Leandro da Silva Queiroz Santos
*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de
Pernambuco.*
thereza.cristina@ufpe.br

Karla Galvão Adrião
*Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de
Pernambuco.*
karla.galvao@ufpe.br

*Simpósio Temático nº 29 – PEDAGOGIAS QUEER: DESESTABILIZAÇÕES,
DESCONSTRUÇÕES E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS DISSIDENTES*

RESUMO

Desde a ampliação do magistério como um campo de atuação majoritariamente feminino, no século XIX, vem se construindo a ideia das docentes como as “tias”. Delas se esperou/espera discrição e não expressão de suas sexualidades, principalmente quando fogem a cisheteronorma. Tal silenciamento aparece também na produção acadêmica. Nesse sentido, este trabalho, de natureza qualitativa, investigou, por meio da análise de conteúdo, a produção teórica sobre vivências e expressões das sexualidades de professoras, entre 2011 e 2021, nas reuniões da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação (ANPEd), no grupo de trabalho 23 – gênero, sexualidade e educação. Nesse recorte de 10 anos, apenas 6 trabalhos abordavam essas questões, 4 sobre professoras trans e 2 sobre professoras/es homossexuais. As sexualidades das docentes aparecem nos textos relacionadas a violência, principalmente nas vivências trans, e também como uma possibilidade de resistência na instituição escolar.

Palavras-chave: Professoras, Sexualidades, Cisheteronormatividade.

ABSTRACT

Since the expansion of teaching as a predominantly female field in the 19th century, the idea of teachers as “aunts” has been built. Discretion and non-expression of their sexualities are expected/expected from them, especially when they are fleeing cisheteronorma. Such silencing also appears in academic production. In this sense, this qualitative work investigated, through content analysis, the theoretical production on experiences and expressions of female teachers' sexualities, between 2011 and 2021, at the meetings of the national association for graduate studies and research in education

(ANPEd), in working group 23 - gender, sexuality and education. In this 10-year snippet, only 6 works addressed these issues, 4 on transgender teachers and 2 on homosexual teachers. The teachers' sexualities appear in texts related to violence, mainly in transgender experiences, and also as a possibility of resistance in the school institution.

Keywords: Teachers, Sexualities, Cisheteronormativity.

INTRODUÇÃO

Professoras são dóceis, meigas, angelicais e lembram o colo maternal. Geralmente são sóbrias no comportamento e nas roupas, usam óculos e são discretas sobre suas intimidades. Não são casadas, dedicam suas vidas a cuidar de vários filhos/as espirituais, seus/suas alunos/as. Essa descrição, possivelmente, ocupa grande parte do imaginário das pessoas. Isso não acontece por acaso, mas, é fruto de um processo histórico de elaboração da identidade docente feminina, vinculando-a a características de cuidado, carinho, docilidade.

A “tia” da escola, para atender a esse imaginário, teve que renunciar a diversos atos corpóreos, quer sejam os que demonstravam sua mulheridade (em trajés, maquiagens ou gestos), quer sejam os que indicavam seu desejo (pois “ficar para titia”, como mencionava o adágio popular, era não ter conseguido um casamento, não realizar parcerias sexuais e/ou afetivas).

Dois séculos se passaram desde que a mulher começou a ocupar a sala de aula como um posto de trabalho. E, apesar da sociedade ter sofrido intensas modificações, ainda se encontram resquícios da representação da professora como assexuada, da “tia. Como o processo histórico não é uniforme, em meio aos avanços, nos últimos anos, observa-se também uma onda conservadora rondando as liberdades conquistadas por esses corpos. A partir dessa herança, é preciso questionar como as escolas têm lidado com as corporeidades das professoras, maioria expressiva atuante no segmento da Educação Básica no Brasil.

Se a expressão mínima das sexualidades das professoras parece inadequada para o contexto escolar. Essa problemática ganha dimensões maiores quando subvertem o modelo heterossexual naturalizado. Tais existências parecem ser ameaçadoras, e geram o

medo de que as docentes possam ser indecentes e influenciar os/as alunos/as a assumir posições também transgressoras.

Nesse sentido, cabe perguntar: como professoras vivenciam suas sexualidades no espaço escolar? Para responder a essa questão, nos propomos a, neste recorte textual, analisar as produções teóricas sobre mulheres docentes e suas expressões de sexualidades. Bem como identificar as significações construídas acerca da docência.

Para isso, tomamos como fonte as reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no grupo de trabalho 23 – gênero, sexualidade e educação, entre os anos de 2011 e 2021. Buscando, por meio da análise de conteúdo, apontar quais os significados que aparecem sobre as sexualidades docentes.

DESENVOLVIMENTO

A feminização da docência inicia-se apenas no século XIX, por uma série de mudanças, tais como a urbanização, o deslocamento da mão de obra masculina para outros setores e a industrialização. Em virtude disso, a presença feminina vai sendo permitida na sala de aula e a profissão ressignificada. No início, isso não acontece de modo “natural”, há uma resistência em entregar às crianças aos cuidados intelectuais das mulheres (LOURO, 1997; LOURO, 2004).

Atualmente, no Brasil, segundo dos dados do censo escolar de 2020, as mulheres são a maioria na educação básica, sendo 96,4% trabalhando na educação infantil, 88,1% nos anos iniciais e a 66,8% anos finais do fundamental, respectivamente. E no ensino médio, 57,8% do corpo docente é composto por mulheres (<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/conheca-o-perfil-dos-professores-brasileiros>).

A ocupação feminina do magistério trouxe resquícios da religiosidade, atribuindo à docência o caráter vocacional, maternal, de cuidado. A professora era a mulher que, não tendo se ocupado do casamento e da maternidade, assumia o lugar de “tia”, pois esse era um trabalho transitório (até que a mulher casasse e/ou se não pudesse casar). Nesse ponto de vista:

Por um largo tempo associou-se, então a professora com a solteirona, com a mulher que não conseguiu casar. Se o casamento e a maternidade constituíam

o destino "natural" e desejado para todas as mulheres, àquelas para as quais isso parecia de algum modo inalcançável, restaria se entregar a tarefas que tivessem uma analogia com tal missão. Assim, a concepção do magistério como uma extensão da maternidade, como um exercício de doação e amor, como uma atividade que exigia uma entrega vai constituir-lo como a grande alternativa (LOURO, 1997, p. 104).

Corroborando com essa ideia, Bourdieu (2020) defende que a vocação é uma forma de fazer com que os dominados, do ponto de vista simbólico, cumpram as tarefas subalternas que lhe são atribuídas com felicidade. Aponta, ainda, que as mulheres foram direcionadas a atividades relacionadas ao privado, a extensão das tarefas domésticas (tais como ensino, cuidados, etc.), em contraposição, os papéis esperados do masculino eram direcionados ao espaço público.

A visão da docência vocacionada, da “tia” solteirona, acabou promovendo um apagamento da ideia de que a professora pudesse desejar e realizar parcerias sexuais/amorosas. De modo que sua existência na escola estava condicionada ao silenciamento de qualquer manifestação de sua sexualidade, como indica Louro (1997, p. 106-107):

De um modo muito especial, a professora mulher é alvo de preocupações. Para afastar de sua figura as "marcas" distintivas da sexualidade feminina, seus trajes e seus modos devem ser, na medida do possível, assexuados. Sua vida pessoal, além de irretocável, deve ser discreta e reservada. A relativa ausência de professoras casadas evitava a "materialização" de um companheiro amoroso ou de filhos e, assim, ajudava a representar essas mulheres sós como desprovidas de sexualidade. O casamento e, especialmente, a gravidez sofriam uma espécie de censura.

A preocupação em monitorar as professoras advém do alerta contínuo sobre a sexualidade que circunda o espaço escolar desde o século XVIII, tornando-se um problema público. Era preciso monitorar crianças e jovens, além dos/das que exercessem o magistério, por serem os/as responsáveis pela formação. Assim, professores/as e pedagogos/as deveriam executar as recomendações médicas sobre o sexo. Nesses termos, acrescenta Foucault (2006, p. 35): “Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquema de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo”.

Os corpos das professoras deveriam se adequar as recomendações, e ser, sobretudo, decentes, pois seriam exemplos para os alunos e alunas. Os cursos de formação de professoras se preocupavam em normatizar as estudantes para o exercício docente. Destarte, “Todo um investimento político era realizado sobre os corpos das estudantes e

mestras. Através de múltiplos dispositivos e práticas ia-se criando *um jeito de professora*. A escola era, então, de muitos modos *incorporada* ou *corporificada* pelas meninas e mulheres” (LOURO, 2004, p. 461).

Apesar de existirem professoras que se adequaram e adequam a esses padrões, também existiram e existem aquelas que os subvertem. O processo de produções das mulheres professoras não é homogêneo. Nem tampouco elas foram apenas subjugadas, quando houve tentativas de silenciar e submeter as docentes, essas “[...] foram capazes de engendrar discursos discordantes, construir resistências, subverter comportamentos [...] elas acabaram por se produzir como mulheres *ideais*, e também como professoras *desviantes*, como mulheres *ajustadas* e também como mulheres *inadaptadas*” (IBID., p. 479).

Butler aponta que os processos de produções de gênero e desejo são reiteradamente dramatizados, de modo que tanto as pessoas que assistem quanto as que encenam acreditam nessa performance. Os atos do corpo produzem as posições de gênero no momento em que ocorrem, não são expressões interiores, mas se formam no momento da encenação (que não é um ato deliberado/consciente). Ela diz que:

A performatividade não é, assim, um “ato” singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou um conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o status de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, inversamente, sua teatralidade ganha uma certa inevitabilidade, dada a impossibilidade de uma plena revelação de sua historicidade (BUTLER, 2019, p. 213).

A repetição da norma fornece a falsa sensação de que o gênero é natural, e que os atos das pessoas são uma expressão dele. No entanto, essa é uma das estratégias para naturalizar o que é produzido no interior da cultura. Desse modo, quando se traz à tona os corpos das professoras que ensinam e encenam no espaço escolar, entende-se que tal performance não é um ato intencional, mas ocorre a partir de uma norma (a saber, a da heterossexualidade), produzindo modos de se conformar a ela ou de assumir desvios, produzindo outras possibilidades inéditas de identidade.

A performatividade não pode se produzir alheia ou externamente à norma vigente. E mesmo que a norma não determine o sujeito, as características do gênero são performativas e não projeções de um arranjo acabado. A própria identidade se elabora em

meio a performance, em outras palavras: “[...] não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados (BUTLER, 2020, p. 56).

Logo, para que alguém se nomeie e se identifique como mulher, cis ou tras, como lésbica, como bissexual, ou com nenhuma dessas delimitações, é preciso um processo de repetição e criação contínua das posições na cultura. De maneira que “[...] a ação de gênero requer uma *performance repetida*. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente” (IBID., p. 242)

Assim, interessa saber o que os corpos das professoras, tidas como desviantes, ensinam sobre as produções performativas de seu gênero e das suas sexualidades. O que elas inventam, produzem e criam nas suas corporeidades para atravessar as hostilidades e desafios materializados no interior da cultura escolar. Pois, mesmo que o controle sobre os corpos tenha sido modificado ao longo dos anos, ele não foi completamente superado, ainda persistem resquícios da visão assexuada das docentes. Implicitamente, a escola promove um apagamento dessas sexualidades, principalmente, quando não se adequam as normas naturalizadas.

Tal silenciamento se reflete na quantidade de estudos que tiveram a preocupação em investigar as sexualidades das professoras. Nos anos de 2011 a 2021, por exemplo, nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no Grupo de Trabalho 23 – Gênero, Sexualidade e Educação, encontrou-se apenas 6 trabalhos que discutiam sobre esses aspectos.

Esses trabalhos foram abordados por meio da análise de conteúdo, conceito que se refere a um conjunto de técnicas que decodifica as mensagens analisadas e “[...] procura conhecer o que está por trás das palavras sobre as quais se debruça [...] é uma busca de outras realidades *por meio* das mensagens” (BARDIN, 2016, p. 50). De modo que identificamos os temas que apareciam relacionados as expressões das sexualidades docentes. Ainda segundo a autora mencionada, a análise temática se refere a “contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada” (IBID., p. 77).

Dentre esses textos, 4 se referiam a professoras trans, a saber: Docência, transexualidades e travestilidades: a emergência rede trans educ (TORRES, 2013); Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: caminhos percorridos e obstáculos enfrentados (FRANCO; CICILLINI, 2013); Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia (SANTOS, 2019); Docências trans*: entre a decência e a abjeção (SANTOS, D.B.C, 2017).

E 2 abordando a violência sofrida por professoras/es homossexuais: Homofobia e docência no contexto da escola básica em Castanhal Pará (SILVA, 2021); Violência sofrida por professores(ras) homossexuais na escola: apontamentos contemporâneos (SILVA; XEREZ, 2019).

Os temas oriundos dessas pesquisas indicaram a emergência de 3 temáticas: A possibilidade de resistência a cisheteronormatividade; Furos nas ideias essencialistas de gênero; E violência psicológica, moral e verbal sofrida pelas docentes.

A respeito da resistência a cisheteronormatividade, foi possível perceber as negociações que uma professora trans da Educação Básica realiza ao se assumir como transexual, quando esses corpos são destinados culturalmente apenas a prostituição, as ruas, as pistas e ao escândalo (SANTOS, D.B.C, 2017). Essa ideia também aparece nos relatos de professoras trans, durante seus processos de escolarização, que reiteradamente escutam que a escola/universidade não é lugar para elas (FRANCO; CICILLINI, 2013). Ou ainda na disputa de poder pela via da organização coletiva, através de uma rede de professoras travestis e transexuais no Brasil (rede trans educ) (TORRES, 2013).

Ainda identificamos que tais existências, por seu caráter desviante a partir da norma, fazem furos nas experiências de gênero e sexualidade interpretadas do ponto de vista da genética. Por meio da análise de professoras de Biologia em formação foi possível perceber que essas existências acionam “outras” biologias para além da cisheteronormatividade.

A temática da violência aparece de modo transversal em todos os trabalhos, mas de maneira mais enfática nos 2 que abordam sobre vivências de professores/as homossexuais. Esses tratam de vivências de homens e mulheres homossexuais, embora saibamos que são experiências diferentes. Um dos trabalhos indica que as violências psicológicas, morais e verbais são as que mais estão presentes no cotidiano de trabalho dos docentes (SILVA; XEREZ, 2019). E o outro sobre como professores e professoras homossexuais que tornam pública sua orientação sexual vivenciam o cotidiano escolar heteronormativo, apontando que muitas vezes precisam lidar com discursos religiosos e excludentes (SILVA, 2021).

Vianna e Carvalho (2020, p. 79), apontam a escassez de estudos sobre professoras lésbicas, segundo as autoras “O campo de estudos sobre gênero e educação tem se expandido e aprofundado mais recentemente. Mas, em relação a docentes LGBT, e, mais particularmente, sobre docentes lésbicas, especialmente no Brasil as pesquisas ainda são incipientes”. Fenômeno que se estende as vivências bissexuais.

Logo, é preciso refletir sobre esse apagamento dos desejos e posições sociais das mulheres docentes que reverbera nas produções teóricas. E, ainda que pareça problemático e ousado incluir numa análise vivências tão diversas, como as das mulheres lésbicas, bissexuais e trans, tais experiências ajudam a problematizar e desconstruir o caráter biologicista e normativo com que ainda se trata essa categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, notamos que é preciso evoluir bastante na desconstrução da ideia cristalizada que as docentes ocupam os lugares de maternidade e são desprovidas de sexualidade. Visto que o apagamento e enquadramento desses corpos é fruto de um processo histórico, que requer diversos mecanismos culturais para que seja modificado.

Foi possível perceber que as professoras, quando expressam suas sexualidades fora da cisheternorma, produzem alargamento da própria norma. Tanto pelas marcas de resistência e insistência que suas expressões produzem. Como pela possibilidade de pensar formas de existência sem ser pela via do apagamento desses corpos.

O silenciamento das professoras lésbicas, bissexuais e trans é refletido na escassez de produções teóricas. Nesse sentido, é necessário que se possa ampliar tal discussão, entendendo que tais corpos não são apenas desviantes mas necessários para produzir outras subjetividades no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 191-219.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: caminhos percorridos e obstáculos enfrentados. 2013. Trabalho apresentado no GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação. **Anais da 36ª Reunião Científica da ANPED**. Goiânia - GO, Outubro de 2013.

Disponível em:

http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3241_texto.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In.: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443–481.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Docências trans*: entre a decência e a abjeção. 2017. Trabalho apresentado no GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação. **Anais da 38ª Reunião Científica da ANPED**. São Luís - MA, Outubro de 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT23_896.pdf. Acesso em 03 set. 2021.

SANTOS, Sandro Prado. Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia. 2019. Trabalho apresentado no GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação. **Anais da 39ª Reunião Científica da ANPEd.** Niterói – RJ, Outubro de 2019. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/4494-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

SILVA, Maria Edilene Araújo; XEREZ, Antonia Solange Pinheiro. Violência sofrida por professores(ras) homossexuais na escola: apontamentos contemporâneos. 2019. Trabalho apresentado no GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação. **Anais da 39ª Reunião Científica da ANPEd.** Niterói – RJ, Outubro de 2019. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5478-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

SILVA, Jardinelio Reis da. Homofobia e docência no contexto da escola básica em Castanhal Pará. 2021. Trabalho apresentado no GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação. **Anais da 40ª Reunião Científica da ANPEd.** Belém – PA, Outubro de 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_17_20. Acesso em: 10 set. 2021.

TORRES, Marco Antonio. Docência, transexualidades e travestilidades: a emergência rede trans educ. 2013. Trabalho apresentado no GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação. **Anais da 36ª Reunião Científica da ANPEd.** Goiânia - GO, Outubro de 2013. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2816_texto.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.